

GRILAGEM NO DF

Ministros reúnem-se com Roriz para informá-lo sobre a decisão do presidente Fernando Henrique de criar grupo de trabalho para fazer levantamento sobre a proliferação de condomínios irregulares próximos às áreas de segurança nacional

Planalto vai controlar invasões

Denise Rothenburg e

Samantha Sallum

Da equipe do **Correio**

O presidente Fernando Henrique Cardoso não estava brincando quando comentou com amigos que estava insatisfeito com a ocupação desordenada do Distrito Federal. Nos próximos dias, ele editará um decreto criando um grupo de trabalho que terá dois meses para fazer o diagnóstico completo da ocupação do solo na capital da República, com atenção especial aos problemas ambientais e de segurança. Os termos do decreto começaram a ser discutidos ontem com o governador Joaquim Roriz durante reunião no Palácio do Planalto,

convocada pelo ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Pedro Parente.

Os números sobre ocupações ilegais de terra no DF reforçam as preocupações de Fernando Henrique. Hoje, o DF tem 441 condomínios irregulares. Pelo menos oito mil lotes já habitados estão em terras públicas. Alguns condomínios foram criados em áreas pertencentes a órgãos do governo federal. Agora, a União quer fiscalizar seu patrimônio e detectar quais as suas áreas ameaçadas pelo parcelamento ilegal do solo, promovido por grileiros.

Por ordem do presidente Fernando Henrique, participaram da reunião o ministro-chefe do Gabinete Militar, general Alberto

Cardoso, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, e a presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), Marília Marreco. Parente, que estava em outra reunião no Palácio da Alvorada, foi representado pelo secretário-executivo do Gabinete Civil, Silvano Gianni. O ministro-chefe da Secretaria Geral, Aloysio Nunes Ferreira, também esteve na primeira parte do encontro. Roriz chegou ao palácio pouco antes das 15h, acompanhado do secretário de Obras, Tadeu Filippelli.

A reunião durou uma hora. Os ministros transmitiram ao governador as preocupações do presidente com a proliferação de condomínios irregulares e com as áreas de segurança nacional, co-

mo a Esplanada dos Ministérios e seus arredores — Vila Planalto, Setor de Clubes Norte, de Embaixadas e outros pontos que começam a ser ocupados de forma desordenada. A terceira ponte também foi citada pelos ministros. O temor do governo federal é que o trânsito deságüe na Esplanada, criando congestionamentos nas vias de acesso ao Palácio do Planalto.

O perigo de congestionamento em frente ao Palácio do Planalto e na Esplanada foi citado pelo líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), em recente discurso no plenário da Casa, quando chegou a mencionar a preocupação do presidente com a ocupação do Distrito Federal. Na reunião de ontem, os ministros re-

forçaram: não poderá haver trânsito em frente ao Palácio do Planalto, nas cercanias do Palácio da Alvorada ou mesmo na Esplanada. O tráfego da terceira ponte terá que desaguar em outro local.

A ocupação das áreas de preservação ambiental (Apas) e da Floresta Nacional também foi discutida. O governo está muito preocupado com a qualidade da água que chega aos palácios e às residências das autoridades. O governador Roriz lembrou que a barragem Corumbá IV, a ser construída na área do município de Luziânia (GO) com recursos externos, deverá resolver definitivamente o problema de abastecimento do Distrito Federal. A obra, no entanto, já despertou o interesse do Mi-

nistério Público. Os procuradores alertaram que, se houver especulação e utilização do futuro lago para jet-ski e lancha, o abastecimento será prejudicado.

Os ministros evitaram comentar publicamente a reunião, até porque consideram que só haverá uma solução se houver uma parceria com o governo do DF. Todos disseram que Roriz se mostrou disposto a colaborar. Do grupo de trabalho a ser criado vão participar o Ministério do Meio Ambiente, o governo do DF e o Ministério Público. A promotora de Defesa do Meio Ambiente, Juliana Santilli, respirou aliviada: "É importante que a União assuma a responsabilidade de proteger e fiscalizar as áreas de domínio federal".